



LEI N.º 299 DE 16 DE MAIO DE 2018.

INSTITUI o Fundo Municipal de Educação FME de Oliveira de Fátima - TO, e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA, ESTADO DO TOCANTINS, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ela sancionou a seguinte Lei:

Art.1º. Fica instituído o Fundo Municipal de Educação FME, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, destinado ao atendimento de despesa, total ou parcial com:

I - a realização de projetos, programas e ações voltados ao (à):

- a) desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle da educação;
- b) capacitação e desenvolvimento dos servidores da Secretaria de Educação;
- c) construção, manutenção, ampliação, aquisição, locação ou aparelhamento de imóveis que ou venham a constituir a rede de unidades educacionais e administrativas da Secretaria de Educação;

II - a aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas ao ensino e à modernização da gestão da educação;

III - a melhoria tecnológica na área de administração de recursos humanos;

IV - prestação de serviços de terceiros, na elaboração ou execução de projetos específicos na área da educação;

V - a realização de outras atividades relacionadas à melhoria da gestão educacional.

Art. 2º. Constituem receitas do FME:

I - as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas pelo Tesouro do Município;

II - as transferências voluntárias que lhe forem destinadas;

III - o resultado da aplicação financeira de seus ativos;

IV - as provenientes de:



a) convênios, contratos e acordos firmados pela Secretaria de Educação com entidades públicas ou privadas nacionais, internacionais ou estrangeiras;

b) operações de crédito referentes à antecipação de receita;

V - os auxílios, contribuições, doações, legados e subvenções de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras.

§ 1º. Os recursos de que trata este artigo são depositados e movimentados em banco oficial, geridos pelo Secretário Municipal de Educação.

§ 2º. Os recursos oriundos da receita do FME integram unidade orçamentária própria.

§ 3º. Aplicam-se ao FME as normas gerais da contabilidade e execução orçamentária financeira pública.

Art. 3º. O funcionamento e a operacionalização do FME implementam-se na estrutura operacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º. A gestão do FME:

I - incumbe privativamente ao Secretário Municipal de Educação, cabendo-lhe:

a) exercer o controle da execução orçamentário-financeira da aplicação dos recursos do FME;

b) efetuar os pagamentos a cargo do FME, promovendo os correspondentes registros contábeis;

c) controlar as contas bancárias do FME;

d) assinar a movimentação dos recursos financeiros do FME;

e) no prazo legal, prestar contas da aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos fiscalizadores.

II - é orientada pelas seguintes regras:

a) identificação e consolidação em demonstrativos orçamentário-financeiros da despesa fixa e variável;

b) escrituração da receita e despesa operacional, patrimonial e administrativa em regime de caixa e competência, respectivamente;

c) aplicação subsidiária das normas e princípios contábeis vigentes.

Parágrafo único. Eventual saldo apurado ao final do exercício reverte-se ao Tesouro do Município.



Art. 5º. A aplicação dos recursos do FME obedece:

I - às regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II - às políticas de investimento aprovadas pelo Conselho-Diretor do FME.

Art. 6º. Cessados os motivos que justifiquem sua existência, os recursos do FME reverterem à conta do Tesouro do Município.

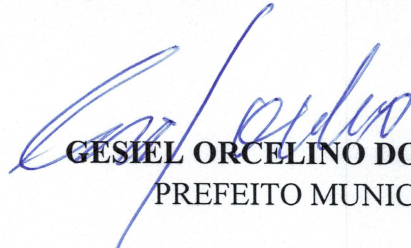
Art. 7º. Os bens adquiridos com recursos do FME integram o patrimônio do Município, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º. O Secretário Municipal de Educação baixará os atos necessários ao cumprimento das disposições contidas nesta Lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na sua assinatura e publicação, com a implantação do devido Fundo, vinculada à Constituição de CNPJ próprio e adequação orçamentária necessária, revogadas as disposições em contrário.

Oliveira de Fátima – TO, 16 de Maio de 2018.

GABINETE DO PREFEITO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO., aos 16 dias do mês de Maio de 2018. 125º da República; 26º do Estado e 21º do Município.



GESIEL ORCELINO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL